

*“Mas em areia não foi no
que se transformaram, foi em nada”:
a precariedade da vida em “K.- relato de uma busca”*

“They did not become sand, but came to naught instead”:
precariousness of life in K. - *relato de uma busca*

Cristina Napp dos Santos

Universidade Federal de Pelotas

Claudia Lorena Vouto da Fonseca

Universidade Federal de Pelotas

Resumo: A ditadura civil-militar do Brasil foi um período no qual opositores do regime e seus familiares foram expostos a graves violações dos direitos humanos. Tendo passado por esse período, Bernardo Kucinski (2011) tem se valido da literatura para expor e discutir esses crimes que deixaram traumas e sequelas no nosso corpo social. A partir disso, este artigo discute a violência física e simbólica perpetrada pelo Estado descrita no livro *K.- Relato de uma busca*. Para tanto, apoia-se nas discussões propostas por Derrida (1993), Agambem (2002), Butler (2015) e Safatle (2017).

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira. Violência. K. – relato de uma busca.

Abstract: Brazil's civil-military dictatorship was a period in which opponents of the regime and their families were exposed to serious violations of human rights. Having passed through this period, Bernardo Kucinski (2011) has used literature to expose and discuss these crimes that have left traumas and sequels in our social body. This article discusses the physical and symbolic violence perpetrated by the State described in the book *K. - relato de uma busca*. To this end, it relies on the discussions proposed by Derrida (1993), Agambem (2002), Butler (2015) and Safatle (2017).

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship. Violence. K. – relato de uma busca.

*não foi a terra que os engoliu. foi o ar?
como areia, eles são muitos, mas em areia
não foi no que se transformaram, foi em nada. em massa
foram esquecidos. muitos e de mãos dadas,
(Hans Magnus Enzensberger)*

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

298

1. Introdução

O mês de março de 1964 está marcado na história do Brasil por assinalar o momento em que as Forças Armadas, apoiadas por parte da sociedade civil, deflagraram o golpe contra o governo eleito do presidente João Goulart e implantaram a chamada *Ditadura Civil-Militar*. Sua forma mais cruenta se deu em 1968 com o Ato Institucional nº 5, responsável por intensificar as punições dirigidas, especialmente, aos *inimigos do Estado*. Através dele, direitos políticos foram suspensos, assim como quaisquer atividades de natureza política. Manifestações artísticas e demais expressões contrárias ao regime foram controladas por meio de censura. Consequentemente, até o final da década de 70, quando a ditadura perdia forças, muitos estudantes, trabalhadores, artistas e pensadores foram duramente silenciados, sendo presos, torturados, exilados ou ainda mortos e desaparecidos. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada mais de 25 anos após o fim desse período, estimou que pelo menos 434 pessoas foram mortas ou desaparecidas pelo regime; no entanto, as vítimas do terror do estado não se reduzem a essas centenas, pois como pontua Mariana Caviglia (2006), as consequências dessa política perduram no corpo social e são transmitidas de geração em geração. Dessa forma, ainda que a promulgação da Constituição de 1988 date o alvorecer daquilo que Mocaracyr Scliar (2006) definiu como “uma longa noite”, o terror e o trauma estão longe de ser superados, tanto pela profunda degradação pela qual as vítimas diretas e seus familiares foram submetidas quanto pela negação de um luto público.

O romance *K. Relato de uma busca* (2011), lançado no mesmo ano em que se discutia o projeto de criação da Comissão Nacional da Verdade, sistematiza e ilustra essas questões ao narrar a trajetória de K., um pai em busca de A., sua filha morta e desaparecida pelo Estado. Tal relato é baseado na experiência de seu autor Bernardo Kucinski, que sentiu de perto as agruras do regime ao ser exilado e ter sua irmã e seu cunhado desaparecidos. Nesse sentido, a obra também pode ser pensada como

uma tentativa de elaboração do trauma, ou, ainda, como um último esforço de criar uma lápide, um espaço de memória à irmã Ana Rosa Kucinski, apagada pela ditadura.

Considerando esses aspectos, e partindo de uma aproximação com a obra *O processo* (1925), de Franz Kafka, com a qual a obra de Kucinski compartilha não poucos aspectos, este artigo propõe uma leitura das violências físicas e simbólicas perpetradas pelo regime à luz, sobretudo, da teorias propostas por Giorgio Agamben (2002), Judith Butler (2015) e Vladimir Safatle (2017).

2. A abreviação do sujeito e a precariedade da vida

Na manhã de seu trigésimo aniversário, K., um bancário, é surpreendido em seu dormitório por um homem de vestes negras e detido por ter cometido um crime de natureza obscura. Ao longo da trama, sem meios de defesa e desconhecendo o motivo da sua punição, é compelido a provar sua inocência a uma autoridade desconhecida, remota e inacessível: esse absurdo enredo trata-se de um dos mais famosos romances de Kafka, *O Processo* (1925).

Nele, desde as primeiras linhas, um narrador heterodiegético apresenta o protagonista enredado nessa detenção inexplicável, colocando-se na perspectiva do réu, ficando tão alheio ao processo quanto o seu personagem e, portanto, à própria história que relata. Apesar disso, demonstra consciência da singularidade dos acontecimentos, consciência essa usada para apenas relatar e descrever numa voz austera que não julga, absolve ou condena. Antunes, Umbach e Moreira (2015) acrescentam que esse narrador é ainda metódico e detalhista, apresentando um discurso preciso e fotográfico que “não deixa escapar nada das imagens construídas por ele” (p. 472). Essas imagens revelam situações ilógicas nas quais o protagonista envolve-se com personagens muitas vezes vulgares, que beiram ao grotesco, característica comum a personagens ditas kafkianas. O pensador alemão Walter Benjamin (2012), destaca que quando essas personagens ocupam posições de prestígio, como as de juízes, secretários e altos funcionários governamentais apresentam “sempre as características de quem afundou, ou está afundando, mas ao mesmo tempo podem surgir, em toda a plenitude de seu poder, nas pessoas subalternas e degradadas – os porteiros e os empregados decrépitos” (BENJAMIN, 2012, p.148). Revelam também espaços pequenos, escuros, pouco arejados que acabam criando uma atmosfera claustrofóbica.

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

300

Benjamin (2012), destaca ainda que essa atmosfera é própria de Kafka: seu universo diz respeito ao mundo das “chancelarias e dos arquivos, das salas mofadas, escuras e decadentes” (p. 148). *O Processo* não é exceção, esses são os seus cenários por excelência. A falta de mudanças significativas nesses cenários agravam a sensação de confinamento e fazem com que K. pareça estar andando em círculos, comportando-se como se estivesse perdido em um labirinto. Lins (1976) explica que há uma absorção do espaço pela personagem, tornando o limite entre esses elementos instável. Dessa forma, os espaços tortuosos e opressores percorridos por K. atuam como metáfora para a situação de mal-estar em que ele se encontra.

Do início ao fim da trama, é desse mal-estar causado, sobretudo, pelo desconhecimento e irracionalidade de seu processo que K. tenta se desvencilhar. No entanto, restringido de sua liberdade por essa lei inatingível, conforma-se com o seu fim e é cruelmente morto em uma pedreira. Ainda que a condução do processo em momento algum lhe desse esperança, o que o torna resignado quanto a seu fim é, sobretudo, a sua abreviação enquanto sujeito, expressa na supressão de seu nome próprio.

Em *Salvo o nome* (1995) o filósofo Jacques Derrida empreende um debate acerca do *nome* a fim de situar essa categoria. Para tanto, desenvolve seus argumentos a partir do nome de Deus e da teologia apofática, apresentando-nos infinitas possibilidades ao passo que nos encaminha para um “desmoronamento sem fundo, dessa desertificação sem fim da linguagem” (DERRIDA, 1995, p. 37). Assim, se diante de predicados embasados na negatividade todas as atribuições ao nome desmoronam, o que resta, o que “salva” é o nome. Quando a pessoa morre e é apagada do mundo dos vivos, sobre sua lápide fica o nome. Anos se passam e ainda que esse nome e as lembranças também se apaguem, há ainda o registro do nome. Quando esse, todavia, é reduzido a uma sigla, como é o caso K. é como se o sujeito tivesse antecipado seu apagamento, estando destinado a um duplo desaparecimento.

Esse apagamento do personagem de Kafka, que abreviou sua subjetividade em vida pode ser entendido pela perspectiva da filósofa norte-americana Judith Butler apresentada em dois conjuntos de ensaios: *Precarious Life* (2006) e *Quadros de Guerra* (2015). De acordo com a autora, na ordem do discurso, nem todas as vidas são concebidas como tais, de modo que a materialidade do corpo dessas vidas é julgada como sem

importância. Dessa *desimportância* - que nos desumaniza e vulnerabiliza - advém a precariedade da vida, uma condição que pode atingir a todos nós, já que todas as vidas são perecíveis. São precárias porque podem ser eliminadas proposital ou acidentalmente, não havendo a garantia de sua persistência. São precárias porque estamos sujeitos à vida social e necessitamos de uma rede de apoio que nos auxilie na manutenção da vida e na sua continuidade. São precárias, ainda, quando, por questões políticas, grupos são negligenciados quanto às formas de apoio e expostos a violações e violências recorrentes.

Nesse sentido, o conceito de vida precária de Butler se aproxima ao mesmo tempo em que se distancia dos conceitos de *homo sacer* e vida nua cunhados por Agamben. Distancia-se porque a própria autora destaca essa diferença, afirmando que as vidas a que se refere não estariam fora da *polis*. Aproxima-se porque a condição de *homo sacer* também não se limita a determinado período ou sociedade, já que todos somos passíveis de nos tornarmos *homines sacri*, além de cotidianamente tomarmos conhecimento de pessoas experienciando a essa situação. O protagonista de Kafka é um *homo sacer* porque ele também é *matável*, não tem meios de defesa e nem acesso aos motivos que o conduziram a esse fim. Não há sinal de remorso na descrição de seu assassinato, antes alguém curioso à espreita de sua morte, ilustrando o prazer em contemplar a dor do outro descrito por Susan Sontag (2003).

No ensaio baseado em retratos dos horrores da guerra veiculados nos meios de comunicação e o respectivo interesse por essas imagens, Sontag reflete sobre a divulgação imoderada de cenas de violência. Além de concordar que existe um prazer, maior ou menor, em testemunhar a dor do outro, a escritora questiona a capacidade do indivíduo em se compadecer do sofrimento de quem está distante, visto que “as pessoas, muitas vezes, se mostram incapazes de assimilar os sofrimentos daqueles que lhes são próximos” (SONTAG, 2003, p. 83). Por fim, sustenta que o contato exacerbado com essas imagens que retratam o flagelo alheio nos insensibiliza, empobrecendo, por sua vez a potência da fotografia, que em vez de comover agora nos anestesia. Essa apatia direcionada ao outro, a apatia da testemunha da morte de K. em relação a ele, é mais um indício da precariedade da vida do protagonista da obra. Isso porque embora sejamos todos *matáveis* “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de ‘destruíveis’ e ‘não passíveis de

“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

302

luto” (BUTLER, 2015, p.53). Quando se perdem essas vidas, elas não contam como uma morte digna de lamentação, já que seu enquadramento nos leva a acreditar que sua morte é necessária para “proteção da vida dos vivos” (BUTLER, 2015, p. 53). Se não há vida, portanto, não há perda e nem a preocupação de contar a morte, sua morte desaparece do âmbito público, ocorrendo uma nova morte na ordem do simbólico.

Sem nome e sem história, na hora de seu padecimento o que restou de K. foi a culpa e a vergonha, sentimentos tão complexos quanto presentes em quase todas as culturas. Sendo aspectos intimamente ligados à condição humana, é natural que tenham atravessado a obra de Kafka e sigam se manifestando na literatura, dada a inesgotabilidade da temática. Mais natural ainda é que o romancista que escolheu seus precursores (BORGES, 2007) também tenha sido escolhido muitos anos mais tarde para ser referenciado tanto em suas críticas ao sistema burocrático, opressivo e arbitrário quanto nos caminhos labirínticos de seus personagens. É isso que faz também Bernardo Kucinski em seu romance: *K. Relato de uma busca* (2011).

Embora, segundo Kucinski, a obra tenha se realizado de forma rápida e espontânea, os paratextos apontam para a dificuldade na elaboração e transmissão de seu relato. As epígrafes de Guimarães Rosa (Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.) e Mia Couto (Acendo a história, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz.) sinalizam tanto a imprecisão do trabalho com a memória e os obstáculos em transmiti-la, quanto a tentativa do autor em distanciar-se do enredo ao mesmo tempo em que precisa acionar a memória para contá-lo.

No entanto, a inviabilidade desse distanciamento é sensível já em sua nota ao leitor (Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.), na qual Kucinski enfatiza, e assina com o próprio nome, que embora a narrativa tenha se originado de suas memórias, não passa de ficção. Além disso, a voz do autor também se manifesta na forma de um narrador autodiegético no primeiro e no último capítulo. Esses se diferenciam dos demais por apresentarem uma mesma data situada no presente da obra, 31 de dezembro de 2010, e adotarem uma postura de denúncia ao *mal de Alzheimer nacional*, expressão cunhada pelo próprio Kucinski para se referir à falta de efetivas políticas de memórias e à indiferença para com as vítimas e seus familiares.

Os outros vinte e sete capítulos se passam no passado, no momento em que A. é dada como desaparecida e K. inicia sua jornada, primeiro em busca da filha viva, depois em busca de seu corpo, e, por fim, apenas em busca de informações que explicassem sua morte. Esse passado, no entanto, não é contado de forma linear, os capítulos não estão arranjados de acordo com a ordem dos acontecimentos e há momentos em que o tempo presente é evocado, a fim de sublinhar a falta de justiça, a não resolução dos casos, e a possibilidade de uma reparação.

Além do intertexto direto com a jornada labiríntica empreendida pelo personagem de Kafka, há em Kucinski a mesma estratégia de abreviar os nomes das personagens K. e A. também manifestando abreviação dos sujeitos perante o estado de exceção. Mas essa redução aponta também para a aproximação com uma narrativa detetivesca; K. como símbolo de todos aqueles que perderam seus familiares e A. como representante de qualquer vítima direta do sistema repressivo; ainda K. como referindo-se a todos os familiares do autor que se envolveram na angustiante busca por A.

A questão do nome também adquire importância no capítulo “A terapia”, “Livros e expropriação” e “As ruas e os nomes”. No primeiro, temos o relato de Jesuína, uma jovem de 22 anos que realizava a faxina e outros serviços no centro clandestino de tortura para onde A. fora levada. Como sugestão da “chefia” a jovem procura a terapeuta a fim de conseguir uma licença médica que a permite posteriormente aposentar-se por invalidez. Quando perguntada sobre a vontade de se aposentar aos 22 anos, Jesuína afirma que não seria ruim, no entanto queria mesmo era “ficar boa [...] Sinto muito barulho na cabeça, quero tirar tudo isso da minha cabeça e não consigo” (KUCINSKI, 2012, p. 121)¹. Jesuína procura ajuda médica quando sua perturbação a leva a ter alucinações e a se manifestar fisicamente: ela sangra como se estivesse constantemente menstruada. Ao revelar alguns detalhes em torno de como era a rotina da Casa da Morte, como eram as prisões, o período em que os presos permaneciam no centro, o número de celas, os gritos e as ferramentas usadas durante a tortura, seu relato é trucando e vacilante. Jesuína narra também o episódio em que presenciou a morte de A., comentando que a última palavra da prisioneira teria sido a declaração de

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

303

¹ A partir deste momento, em todas as citações extraídas do romance de Kucinski será indicado apenas o número da página.

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

304

seu nome completo. “Disse assim recitado como quem sabe que vai morrer e quer deixar o nome, para os outros saberem” (p. 129 – 130). Como se pudesse “ao mesmo tempo salvar o nome e tudo salvar” (DERRIDA, 1995, p. 41) anunciando quem era na tentativa de que fosse localizada, para que mesmo morta não desaparecesse completamente.

O segundo está dividido em três pequenas partes, e diz respeito a Wilson, marido de A., cuja “paixão pela revolução só tinha paralelo no amor pelos livros” (p. 53). Depois de capturado e desaparecido pelo sistema, dele restou uma biblioteca “subversiva” de mais de dois mil livros. Em cada um deles, assinatura do nome completo, como se o registro nos tomos fossem “os únicos vestígios de sua vocação revolucionária, pequenas lápides de um túmulo até hoje inexistente” (p. 54).

Já no terceiro, 47 desaparecidos políticos são homenageados, batizando 47 ruas de um loteamento “num fim de mundo, terrenos baratos para estimular a autoconstrução, de modo a valorizar terras do mesmo dono mais próximas ao centro” (p. 160). Um vereador teria feito um projeto de lei cuja homenagem viria a enaltecer os que lutaram contra a ditadura, além de “lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos” (p. 161). “Só os nomes, sem indicação de data de nascimento, nem, obviamente de morte” (p.160). Em vez de sentir alento pela homenagem, na volta para casa K. percebe nela certa insignificância, visto que ruas e avenidas que apresentavam um tráfego muito maior de pessoas acabavam recebendo nomes de militares e outros líderes cujos feitos pouco ou nada beneficiaram a maior parcela da população. Ao ler as placas com esses nomes, K. supõe que os passantes pensem que se tratam de heróis, concluindo com isso, que não caberia outro lugar para A. ser homenageada senão o mais distante possível.

Outro aspecto que salta aos olhos ao longo dos capítulos é a multiplicidade de vozes apresentadas em forma de diálogos, relatos, cartas e alguns monólogos. Apesar disso, a narrativa é conduzida, sobretudo, por um narrador heterodiegético onisciente, que dá voz a K. a partir de um discurso ora indireto, ora indireto-livre, diferente de outras personagens, que quase sempre falam por si mesmas. Porém, nem com todas essas vozes há uma solução para o desaparecimento de A., que segue em aberto, comprometendo, entre outros aspectos, a experiência do luto da família.

Dentre essas vozes, uma voz chama particular atenção por seu caráter inusitado: uma advogada que se apresenta como amante do delegado Sérgio Fleury diz sentir por esse uma “paixão louca”, como se

ele a houvesse “hipnotizado”. O primeiro contato entre a advogada e o delegado se dá quando ela vai ao seu encontro pedir um passaporte que garantisse a volta do irmão do exílio. É nessa situação de vulnerabilidade que o relacionamento se desenrola. Embora não tenhamos acesso à fala de sua interlocutora, sabemos se tratar de uma mãe que a procura para tentar obter alguma informação acerca do filho. A advogada revela, no entanto, ter tratado de não perguntar nada a respeito do trabalho ao policial. Apesar disso, com a intenção de se redimir por ter se envolvido com um dos maiores responsáveis pelas torturas e assassinatos dos militantes, tenta auxiliar familiares de vítimas que veem nela uma possibilidade de ajuda mencionando nomes de desaparecidos ao delegado e avaliando sua reação.

Embora o motivo primeiro do relato tenha sido informar se a mãe teria chances de encontrar o filho vivo, esse parece tornar-se secundário à medida que a narradora vai tecendo seu desabafo. Mesmo sabendo da morte do filho, a mãe continua ouvindo o que advogada tem a dizer, como se ela não tivesse outra confidente, posto que sua relação com Fleury fez com que a família, vizinhos e amigos se afastassem, fazendo dela “um bicho solitário, um bicho como ele, uma mulher maldita” (p. 108). Tão isolada quanto os traumatizados pelos campos de concentração, a amante também sentia uma necessidade elementar de contar aos outros (LEVI, 1988, p. 7). Tendo deixado inclusive de se confessar na Igreja, via nas pessoas que a procuravam uma oportunidade de escuta, pois assim “voltava a se sentir gente” (p. 108). Dessa forma, a mãe do desaparecido juntamente com o leitor passa a ocupar a posição de testemunha, sendo aquela que “não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Nesse testemunho, a amante questiona “como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com outros” (p. 106). Mesmo que essa não seja a intenção, a advogada acaba relativizando a culpa do delegado ao tentar encontrar argumentos que justifiquem suas ações, além de distribuir a culpa com os próprios envolvidos na luta conta a ditadura, pois interroga sua ouvinte: “Mas a senhora pensa que esses comunistas eram todos uns santos? Pois fique sabendo que ele [Fleury] tinha informantes em todos esses grupos [...] era comunista mesmo traindo comunista” (p. 180-109). Essas suas ponderações a colocam em uma situação instável, pendendo entre ser vítima e ser cúmplice. Vítima pela

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

305

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

306

situação de indefensabilidade originada pela relação e a dificuldade de interrompê-la por medo e desamparo; cúmplice porque ainda que ouça e tente extrair informações acerca de alguns desaparecidos, é omissa em relação ao parceiro, relevando ou preferindo não saber de seus crimes para manter a harmonia do casal. Embora o monólogo não se relacione diretamente com A. ou Wilson, revela uma faceta humana do torturador ao mostrar certa *normalidade* em sua rotina. Nesse sentido a tortura não poderia ser entendida como uma prática desumana, já que ocorre porque a “sociedade, explícita ou implicitamente a admite” (KEHL, 2010, p. 130).

Por fim, a amante fala sobre um compositor de canções infantis que fora preso pelos militares. Fleury comenta que esse sujeito havia delatado mais de cinquenta sem que fosse preciso acender um cigarro, bastou dirigir ameaças a seu filho. Com isso, à figura do delator também é atribuído um caráter humanizado, pois no romance de Kucinski, o delator é tão vítima do sistema repressivo quanto àqueles delatados por ele, afinal também atuava visando tão somente sua sobrevivência.

Essa questão adquire importância ainda no capítulo protagonizado por um homem que após sessões de tortura aceita atuar como um infiltrado nas reuniões da organização. Em seu informe descreve detalhes do encontro, bem como a pauta da reunião: a ciência de que havia um infiltrado no grupo responsável pela captura dos últimos membros sequestrados da organização. O informante menciona que havia suspeitos, e apesar do alerta para que tomassem cuidado frente à possibilidade de algum engano, um dos membros sugere “apressar o inquérito e o justicamento para intimidar os hesitantes” (p. 92). Enquanto relatava por escrito, o “traidor” rememorava a forma como havia chegado à situação que agora não apresentava saída, lembrando-se dos “rostos agonizados” daqueles que até um momento considerava companheiros. Refletia também sobre o medo de ser desmascarado e justicado, bem como a possibilidade de também ser morto e desaparecido quando não pudesse mais contribuir com a polícia. Na tentativa de ganhar tempo, salvar a si e aos companheiros, decide relatar que a reunião não havia acontecido, engolindo o relatório anterior enquanto “inventava, aflito, a explicação para o rosto afogueado e o suor que lhe escorria pela testa” (p.95).

A prática de julgamento e execução de pessoas consideradas traidoras pelo movimento aparece ainda na carta que compõe o penúltimo capítulo. No conteúdo dessa carta, o militante Rodriguez, escreve ao companheiro Klemente a fim de fazer um balanço negativo da luta

armada e questionar o que chamava de *suicídio coletivo* e falta de autocrítica da organização e do próprio companheiro a quem se dirige. Para Rodriguez, criou-se uma alienação, uma obsessão em torna da luta armada mesmo com o seu esgotamento. Ele menciona o caso de Márcio, um outro companheiro que havia sido morto pelo próprio grupo sob suspeita de traição. De acordo com Rodriguez, no entanto, Márcio não se tratava de um informante, apenas não estava mais disposto a seguir lutando naqueles moldes em que já não acreditava. Na carta, “V.” aparece como responsável pela decisão de executar Márcio e por prolongar as ações de guerrilha. Diferente da estratégia utilizada para falar de A. e de K., V. poderia ser interpretado como a abreviação de “você”, sendo, portanto, o próprio Klemente. Isso porque, tanto Klemente quanto Márcio, fazem referência a personagens históricos envolvidos na guerrilha. No ano de 2012, Carlos Eugênio Paz², o Clemente da vida real, confessou publicamente ter matado Márcio Toledo em 1971 após uma decisão do grupo de militantes do qual faziam parte. No romance de Kucinski, ao agirem dessa forma, Rodriguez julga que os companheiros “incorporaram o método do terror da própria ditadura” (p. 180) ao condenarem sem provas e sem crime tipificado.

Ainda que A. seja a razão de ser do livro, temos acesso à sua voz uma única vez, em um capítulo no qual em carta relata a sensação de medo, a situação política, o distanciamento dos amigos e da vida familiar e o matrimônio secreto. Compartilha o mesmo sentimento de completo desamparo. Embora revele pouco a respeito de sua personalidade, a aparente consciência da inevitabilidade de seu fim, seguida do silenciamento de sua voz no restante da obra, parecem querer indicar sua ausência na vida real, já que esse é o último capítulo em que A. aparece executando alguma ação antes de seu desaparecimento. Além desse, A. aparece viva apenas em outros três capítulos.

Num deles, no qual K. recorda principalmente a infância da filha, além do profundo afeto que o pai nutria por ela, o narrador salienta a ausência da mãe de A., deprimida e fisicamente debilitada pela perda de seus parentes na Segunda Guerra. Afetada pela incalculável perda, não consegue encarar a maternidade com otimismo, tampouco estabelecer com a filha uma relação mais ou menos terna. Nesse e em outros momentos, mais do que lançar um olhar mais atento ao seu tempo históri-

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

307

2 Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dirigente-da-alm-admite-ter-matado-companheiro-5367495>

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

308

co K. revisita o trauma da guerra a partir do novo acontecimento dramático, comparando a ditadura ao regime nazista. Para Safatle (2017), de fato há uma proximidade entre esses regimes totalitários. Para ele, o projeto nazista de apagar os vestígios do que se passava dentro dos campos de concentração alcançou sua realização plena na América do Sul, quando o sequestro de crianças argentinas comprovava que “a morte física só não basta. Faz-se necessário apagar os traços, impedir que aqueles capazes de portar a memória das vítimas nasçam” (SAFATLE, 2017, p. 63). O núcleo duro do totalitarismo seria justamente a violência dessa eliminação simbólica herdada do regime nazista. A decisão fácil de prender uma pessoa, torturar o corpo e extinguir seus rastros, ajuda a evidenciar a precariedade e a *matabilidade*, desenvolvidas anteriormente. Em um contexto marcado pelo autoritarismo, personagens como A. são matáveis porque o Estado tratou de enquadrá-los como inimigos internos, indignos de vida, de memória e comoção.

O desprezo para com a vida de A. e posteriormente sua memória vai se desenhando logo no capítulo de abertura quando é denunciada sua morte e a frieza do sistema que continua enviando-lhe cartas como se continuasse viva. Esse desdém inicia tão logo começa a saga de K. em busca da filha: a polícia se nega a tomar providências, civis abordados por K. alternam-se entre ouvir em silêncio sem nada poder fazer e interromper seu desabafo. Além disso, no capítulo em que um militar envolvido no sequestro de A. e de seu marido narra a prisão de ambos, a cachorra do casal, que permaneceu sob a guarda dos agentes militares é tratada com desvelo e boa comida. O casal, ao contrário, é visto pelo chefe da seção como passível de ser explorado e liquidado. Embora o militar questione a moralidade do chefe ao colocar um animal em posição superior a de um humano e a decência de quem pratica os atos perpetrados pelo regime, não há pesar em sua fala. Mesmo consciente das atrocidades cometidas por ele, chefe e colegas, pensa e age com naturalidade. Esse comportamento o aproxima da conduta de Adolf Eichmann, tenente-coronel nazista responsável por encaminhar milhões de homens e mulheres para a morte nos campos de concentração. Quando interrogado sobre seus atos em seu julgamento ocorrido em Jerusalém quase vinte anos após o término da Segunda Guerra justificava dizendo estar seguindo ordens do Estado, como se o exercício da violência se igualasse a uma atividade burocrática em prol do governo (ARENDDT, 1999). Laudos psiquiátricos indicavam que Eichmann de fato não apre-

sentava sinais de sadismo ou perversão, estando com suas faculdades psíquicas dentro daquilo que é tido como normal. Foi isso que levou Hannah Arendt (1999) a questionar o que faz um ser humano *normal* cometer crimes tão atrozos como se não fosse nada. Arendt elabora uma possível resposta em torno daquilo que chamou de *banalidade do mal*. Para ela, a massificação da sociedade moderna, advinda de grandes organizações sociais, políticas e econômicas gerou uma multidão submissa e condicionada, incapaz de fazer julgamentos morais e questionar ordens superiores. O mal praticado por Eichmann não teria relação, portanto, com uma patologia ou uma convicção ideológica, era reflexo de sua incapacidade de pensar.

Essa superficialidade, em *K. relato de uma busca*, fica ainda mais aparente no capítulo “O livro da vida militar”, no qual o narrador divide espaço com um general “destituído do comando e expelido do Exército por ter se oposto ao golpe” (p.138). Nesse capítulo, o ex-comandante se ocupa de listar um inventário de ex-colegas e ex-subordinados atribuindo características a cada um deles: “esse vende a própria mãe”, “este outro além de vender a mãe, entrega”, “estudiosos, só os da artilharia”, “o resto é um bando de ignorantes, piores são os da cavalaria”. Enquanto o general inominado perpassa várias etapas e funções hierárquicas dentro da vida militar, o narrador vai pontuando a falta de erudição se contrapondo à visão estratégica; o rigor da continência; o oportunismo perante a possibilidade de promoção; a bajulação e a subserviência; a resistência ao golpe seguida da expulsão do Exército; “a desonra em vez da honra” (p. 142); a falta de consenso quanto à prática de tortura; a falta de denúncias interna e externamente. Fica evidente que assim como Eichmann, muitos operários do golpe não agiam por estarem de acordo com as práticas adotados pelo regime, apenas se enquadravam dentro daquilo que agora era lei, cumpriam ordens, ambicionavam ascensão na carreira. Para o general cassado, os organizadores e dirigentes do golpe eram os únicos que possuíam o entendimento de tudo o que estava ocorrendo, bem como a sagacidade para articular os próximos passos.

De volta à trama de *K.*, quem informa que *A.* está presa são Caio e Amadeu, ambos trabalhadores do comércio que atuam como informantes da polícia. Ainda que a notícia tenha vindo cinco meses após o desaparecimento, *K.* se anima com a informação e com a possibilidade de encontrá-la viva. No entanto, os dois informantes desmentem o comunicado nas horas seguintes, como se houvessem cometido um equí-

“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

310

voco. Desconfiado, recorre à Anistia Internacional, à Cruz Vermelha e ao American Jewish Committee. Este, envia-lhe um bilhete afirmando que K. seria procurado por um sujeito chamado Jacobo, capaz de lhe fornecer informações acerca do desaparecimento.

K. é então procurado pelo sujeito de sotaque argentino, Jacobo, qu anota informações sobre a data do desaparecimento, alertando que o judeu está “lidando com um mecanismo muito especial de fazer pessoas desaparecerem sem deixar nenhum vestígio” (p. 60). Vendo o impacto de seu relato em K., Jacobo tenta dar ainda uma nesga de esperança, mencionando que na Argentina há casos de pessoas que são localizadas, mesmo após serem dadas como mortas. Recomendando por fim que K. aguarde informações e contato, Jacobo se despede. Dois meses depois, no entanto, é outra pessoa que aparece, Carlos, comunicando que apesar de todos os esforços, não obtiveram nenhuma informação confiável, como se em torno de A. e do marido “tivesse se erguido uma muralha de segredo impenetrável” (p. 61). Ao tentar enxergar por detrás dessa muralha, Jacobo também teria desaparecido, evidenciando ainda mais a sordidez do sistema repressivo.

Safatle (2017) é enfático ao defender que o Estado brasileiro é fundamentado numa política bastante violenta que administra o desaparecimento e o direito de vida e morte. Para o filósofo, o Brasil é governado a partir da gerência da invisibilidade e do estímulo a uma constante guerra civil. A ditadura civil-militar seria para ele a forma mais bem-acabada dessa lógica, pois encontrou aparatos institucionais que se perpetuam, mesmo em períodos democráticos.

Somente quase um ano após o desaparecimento de A. o governo decide se pronunciar, revelando o paradeiro dos desaparecidos. É com grande expectativa que K. aguarda um pronunciamento, esperança que também se esvai quando o nome da filha não é citado. De acordo com o comunicado, não há registros de A. nos órgãos no Governo.

A afirmação de que A. nunca estivera presa é reiterada em outros dois momentos. Em um deles, K. presta depoimento relatando ter sido vítima de extorsionários, um deles era um sargento que estava sendo processado pelos próprios militares. Em outro, oito professores do mesmo departamento de A. discutem a rescisão de seu contrato “por abandono de função”. A partir da ata da reunião, o narrador diz apenas imaginar o que alguns dos presentes na sala teriam pensado. Ainda que o narrador acredite que alguns se compadeceram com a situação de A.,

prevalece a noção de que esses eventuais defensores estavam acuados demais para sustentarem seu posicionamento; além disso, a preservação do nome da instituição era mais importante, de modo que A. passava a ser vista como culpada pelo fato de ter aderido à resistência, pondo em risco a reputação do Instituto.

Ainda que o narrador mencione que muitos anos depois a reitoria teria manifestado publicamente a injustiça quanto à demissão da professora, revela que “nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam” (p. 152). Dessa forma, a universidade respalda a violência do Estado ao aceitar o seu argumento e não se valer de seu prestígio e influência para cobrar de forma mais ostensiva uma explicação quanto aos desaparecimentos, e, mais recentemente, é condescendente em seu ato de reparação.

Além de ser considerada culpada pelos próprios colegas, A. estava privada de vida, de morte, de comoção e de registros. Tal violência se estendia ao pai, privado de saber o real paradeiro da filha, restava-lhe apenas os sentimentos de angústia, exaustão, culpa, vergonha e melancolia. Segundo LaCapra, (2009) um acontecimento traumático tem seu maior efeito sobre a vítima, porém também afeta, de formas diferentes, outros indivíduos envolvidos no processo. A família do marido de A., por exemplo, também sofre as consequências do acontecimento. No capítulo narrado pelo pai de Wilson, temos acesso ao desalento do narrador, da irmã e da mãe frente ao desaparecimento do casal. A família se vê desamparada, não conseguindo se adequar à realidade em que ele não estava mais presente, já que ao causar uma ruptura com a memória e interromper a continuidade com o passado, o trauma pode afetar até mesmo questões relacionadas à identidade individual e à de um povo (LACAPRA, 2009). Isso porque quando perdemos laços que nos constituem, deixamos de entender quem somos, já que não existe um “eu” independente de “você”, especialmente quando o vínculo entre essas duas pessoas constitui o “eu” (BUTLER, 2016).

Ao refletir sobre as mudanças do pai que procura a filha desaparecida ao longo dos anos, o narrador sintetiza os caminhos de K. e sinaliza a gradual perda de esperança. Se num primeiro momento K. procurava A. esperançosa e cautelosamente, agora perde a paciência, a vergonha, o medo de causar incômodo. Mesmo que a repressão continue sanguínea, o pai permanece em busca da filha, agora se sentindo imune. Ao ver sua

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

312

imagem refletida em uma vitrine, K. se dá conta de sua transformação. Isso porque, se o trauma faz com que o sujeito fique preso ao evento traumático, é natural que haja a sensação de que o tempo foi suspenso, de modo que sua passagem seja percebida de sobressalto. Antes ele era escritor, poeta, professor de ídiche, enfim, um indivíduo, agora era apenas o “ícone do pai de uma desaparecida política” (p. 90).

K. se convence então que a filha está morta, no entanto, não interrompe sua procura, quer saber agora como, quando e onde aconteceu. Segue informações de um jornalista e cavouca em um terreno onde estariam enterrados esqueletos de desaparecidos sem nada encontrar. Tirando proveito dessa negação quanto a morte, o aparato estatal tortura-o psicologicamente, conduzindo-o à exaustão.

Dessa forma, sem esperanças de encontrar a filha viva, mas consciente da necessidade de finalização dessa etapa de sua vida, se empenha em proporcionar a A. a transição de sua alma segundo os dogmas do judaísmo. Ainda que K. sentisse desprezo pelas práticas religiosas - embora se mostrasse bastante conhecedor das leis divinas que regem sua doutrina de batismo e dedicado aos estudos do ídiche e sua respectiva literatura - é a religião que ele procura a fim de conseguir algum alento. Para tanto, recorre a rabinos pedindo permissão para que construa uma lápide a fim de que a memória da filha pudesse ser reverenciada. Mais do que uma pedra capaz de evocar a memória de alguém, K. buscava oportunizar a A. um ritual de passagem para o mundo dos mortos. Mas K. tem seu pedido negado, pois para o judaísmo, não há a possibilidade de sepultamento sem corpo. O corpo é necessário para que sejam realizados os ritos mortuários fundamentais para o desligamento da alma: “o corpo devagar se decompõe e a alma devagar se liberta” (p. 78). Somado a esse argumento, os líderes religiosos procurados pelo judeu, frisam que o cemitério se trata de um campo sagrado que deve ser honrado. A. por ter sido perseguida pelo Estado é considerada uma terrorista, indigna, portanto, de descansar sua alma naquele local.

Ocorre-lhe, então, a ideia de elaborar uma lápide em forma de livro, um folheto com fotografias e depoimentos de pessoas próximas a A. que seria impresso e entregue para toda a família, amigos e conhecidos. Auxiliado pelas amigas de A. K. recorre à gráfica do bairro para imprimir o memorial de oito páginas, mas é expulso sob acusação de querer reproduzir material subversivo, afinal A. era uma desaparecida política, uma comunista.

Frente a mais essa recusa K. empreende agora uma jornada em busca de meios de preservar a memória da filha - “O sobrevivente tem a vocação da memória, não pode deixar de recordar” (AGAMBEN, 2008, p. 36) – de recordar e de deixar registrado que “ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se (p. 79).

Acontece que K. está distante desse mundo e sabe disso. Além de desconhecer o envolvimento da filha com a luta armada, é só após seu desaparecimento que toma conhecimento do fato de ela ser casada. Mesmo levantando hipóteses, não entende por que A. decidiu ocultar essa parte de sua vida, sentindo-se “mortificado”. Ao encontrar sua caixa de fotografias – que desafia a narrativa do Estado que tenta apaga-la da história, reduzindo-a a uma comunista - não encontra retrato algum em que os dois estivessem juntos, vestígios da mãe também não há. Mais do que isso, não consegue identificar onde a filha esteve, como ocupava seu tempo, a quê se dedicava. Se antes via as fotografias apenas como o registro de um momento, incapazes de “suscitar sentimentos assim fortes (p. 115), via agora nelas a alma da filha, além de perceber também que ela havia se tornado uma mulher elegante, madura, serena. Nota que algumas fotografias contam histórias, e embora tente usá-las para reconstruir a trajetória de A., não sabe identificar qual pode ter sido seu último retrato, mas destaca uma foto em que “ela já estava vivendo presságios do pior” (p. 119). Por fim, a literatura também desponta como possibilidade de K. preservar a memória de A. Assim, se outrora havia culpado a literatura ídiche por ter desviado sua atenção da filha, agora a utilizaria para salvá-la. Para tanto, registra episódios, diálogos e cenários, mas não se satisfaz com o resultado, não consegue expressar os sentimentos de forma que reflitam o que ele de fato sentiu. Antes de abandonar a ideia, dá-se conta que o impedimento não é linguístico, mas moral. Para K. a tragédia não poderia ser convertida em literatura, seria mais uma forma de ultrajar a filha. Esse pensamento vai ao encontro das palavras de Theodor Adorno quando sustenta que “escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se torna impossível escrever poemas” (1998, p.26). Adorno, além de abordar a problemática da representação da barbárie, de que não há linguagem capaz de exprimir o horror, demonstra o receio de que a estética se sobressaia à ética, de que o horror seja estetizado através da obra tornando-o palatável e conciliatório. Na tentativa de solucionar esse conflito entre

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

313

Cristina Napp
dos Santos

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

314

a necessidade do relato e sua impossibilidade, decide escrever para sua neta pela primeira vez, agora em hebraico. “Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar” (p. 137). Além da diferença do alcance entre a primeira e a segunda forma de relato, a segunda não estaria aberta a uma crítica especializada, não sendo passível, portanto, de reconhecimento, premiação e renda. K. não seria laureado escrevendo sobre a tragédia da filha.

Quando já transcorreram quatorze meses desde o início de sua busca, K. consegue uma entrevista com presos políticos do Barro Branco. É mais uma chance de dar seu testemunho e sua última tentativa de soprar a névoa que encobre as circunstâncias do assassinato de A. e de Wilson. Última porque fica implícito que K. morre ali, diante dos presos “cansado, mas em paz”. A paz, no entanto, não advém do fato de finalmente ter encontrado respostas, mas de ter encontrado descanso após meses de angustiante melancolia.

3 Consideração Finais

Os versos do alemão Hans Magnus Enzensberger, traduzidos por Adelaide Ivánova, que intitulam este trabalho foram escritos nos anos 1960 e dedicados a também poeta Nelly Sachs, que voltou a escrever após receber a notícia de que um amor da juventude havia desaparecido nos campos de concentração. Embora tenha sido pensado para descrever um contexto de Segunda Guerra, dialoga diretamente com a situação política do Brasil, não apenas nos anos de chumbo, mas também com o Brasil dos anos recentes, dada a violência e desmazelo para com a memória das mais de 400 vidas transformadas em nada pela ditadura.

Sinais de que essa violência permanece e está longe de acabar, são os inúmeros gestos e declarações advindas do chefe de Estado. Ao se posicionar favorável à tortura, ao afirmar que a repressão deveria ter sido mais dura ao passo que nega sua existência, ao homenagear Carlos Alberto Brilhante Ustra, ao insinuar que os desaparecidos do Araguaia são ossos para cachorro, ao desdenhar o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ao menosprezar o trabalho da CNV, desqualifica a memória de mortos e desaparecidos e trata da perda de um familiar como um assunto corriqueiro, passível de chacota. É falta de um luto público e a conveniência do *mal de Alzheimer nacional*, contudo, que permitem que um sujeito com esse histórico assumo o cargo de autoridade máxima do poder executivo.

Na segunda década do século XX, Kafka já discutia os efeitos da violência perpetrada pelo Estado contra seus indivíduos. Ao empurrar o bancário K. para um angustiante labirinto cuja saída só foi possível após a morte, o Estado acaba evidenciando a precariedade do sujeito comum, que, privado de seus direitos mais básicos, é reduzido à condição de *homo sacer*, tornando-se, portanto, *matável*. É nesse sentido que o romance kafkiano guarda pontos de contato destacados na obra de Kucinski.

Para Safatle (2017) é essa violência que funda o Estado brasileiro. De acordo com o autor, os genocídios indígenas, ainda hoje não reconhecidos como tais, ocorridos durante a constituição do país não só corroboram com essa afirmação, como também apontam que o Brasil é seu próprio inimigo. Luiz Eduardo Soares (2015), vai ao encontro desse pensamento ao pontuar que

“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”

315

a ditadura não inventou a tortura e as execuções extrajudiciais, ou a ideia de que vivemos uma guerra contra inimigos internos. Tais práticas perversas e as correspondentes concepções, racistas e autoritárias, têm a mesma idade das instituições policiais no Brasil e, até mesmo antes de sua criação, já tinham curso. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente organizou os aparatos, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e a adestrando, e expandiu o espectro de sua abrangência, que passou a incluir militantes de classe média. Ainda assim, foi esse o regime que instituiu o modelo atualmente em vigência (p. 28).

Assim, além de organizar e consolidar esse *modelo de gestão*, a ditadura deixou como legado uma “arquitetura institucional arcaica” (SOARES, 2015, p. 28) bastante explícita nas organizações policiais atuais. Em sua obra, no entanto, Kucinski demonstra que o passado ditatorial invade o presente para além disso, tanto pela irresolução dos casos dos desaparecidos, quanto pela violência física perpetrada contra os familiares das vítimas diretas. Dentro e fora do romance, A. continua desaparecida, seus restos mortais ainda não foram localizados, assim como os agentes envolvidos em seu desaparecimento. Por outro lado, é através da narrativa do irmão que A. ganha uma espécie de monumento que não permite que sua vivência seja completamente esquecida, uma lápide, um alicerce capaz de mantê-la viva.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Tradução de Augustin Wernet e Jorge M. Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, 1998.

Cristina Napp
dos Santos

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Claudia
Lorena Vouto
da Fonseca

_____. **O que resta de Auschwitz**. Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

316

ANTUNES, Cristiane O.; UMBACH, Rosani K.; MOREIRA, Simone X. O realismo de Kafka: a estética do absurdo na sociedade moderna. **Fólio - Revista de Letras**, Vitória da Conquista, BH, v. 7, n. 2, p. 467-478 jul./dez. 2015

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BORGES, Jorge, L. **Outras inquisições**. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Cia das Letras, 2007

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques de Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Salvo o nome**. Tradução Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

KAFKA, Franz. **O Processo**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KEHL, Maria R. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **K.** - relato de uma busca. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

LACAPRA, Dominick. Historia y memoria. A la sombra del Holocausto. In: _____. **Historia y memoria después de Auschwitz.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

*“Mas em areia
não foi no que se
transformaram,
foi em nada”*

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

317

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** São Paulo: Ática, 1976.

SAFLATE, Vladimir. **Só mais um esforço.** São Paulo: Três estrelas, 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI [et al.] **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros.** Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

